

# VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações



Organizadores

Stephen Grant Baines  
Cristhian Teófilo da Silva  
David Ivan Rezende Fleischer  
Rodrigo Paranhos Faleiro





# VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações

**Ministério do Meio Ambiente**  
*Izabella Teixeira*

**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos  
Recursos Naturais Renováveis**  
*Curt Trennepohl*

**Diretoria de Planejamento, Administração e Logística**  
*Edmundo Soares do Nascimento Filho*

**Centro Nacional de Informação Ambiental**  
*Jorditânea Souto*





# VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações

Organizadores

Stephen Grant Baines  
Cristhian Teófilo da Silva  
David Ivan Rezende Fleischer  
Rodrigo Paranhos Faleiro

Brasília, 2012

EDIÇÃO

**Universidade de Brasília – UnB**  
**Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB**  
**Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas – CEPAC**  
**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos**  
**Naturais Renováveis – Ibama**

---

**Produção Editorial**

**Centro Nacional de Informação Ambiental – Cnia**

SCEN - Trecho 2 - Bloco C - Edifício-Sede do Ibama

CEP 70818-900, Brasília, DF - Brasil

Telefones: (61) 3316-1225/3316-1294

Fax: (61) 3307-1987

<http://www.ibama.gov.br>

e-mail: [editora@ibama.gov.br](mailto:editora@ibama.gov.br)

**Equipe Técnica**

**Capa e diagramação**

*Paulo Luna*

**Normalização bibliográfica**

*Helionídia C. Oliveira*

**Revisão**

*Maria José Teixeira*

*Enrique Calaf*

*Vitória Adail Brito*

**Catálogo na Fonte**

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

V299 *Variações interétnicas: etnicidade, conflitos e transformações – Stephen Grant Baines...[et al.]. Organizadores. – Brasília: Ibama; UnB/Ceppac; IEB, 2012.*

560 p. : il, color. ; 21 cm

ISBN 978-85-7300-362-8

1. Etnia. 2. Índio. 3. Recursos naturais. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Baines, Stephen Grant. II. Silva, Cristhian Teófilo da. III. Fleischer, David Ivan. IV. Faleiro, Rodrigo Paranhos. V. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. VII. Cnia. VIII. IEB. IX. UnB. X. Título.

CDU(2.ed.)502.175(047)



Atribuição-Uso não-comercial-Compartilhamento pela mesma licença  
CC BY-NC-SA

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

# Agradecemos

*À Jorditânea Souto,  
ao Paulo Luna e à equipe  
do setor de editoração do Ibama,  
ao Programa de Pós-Graduação em  
Estudos Comparados sobre as Américas  
do CEPPAC/UnB  
e à Maria José Gontijo  
do Instituto Internacional de  
Educação do Brasil.*





# Sumário

**Apresentação** ..... 11

**Introdução** ..... 13

**Primeira variação: identidade, movimento e territorialização**

Capítulo 1 Contatos interétnicos em regiões de fronteiras:  
a visão dos Ticuna e dos Galibi do Oiapoque. .... 19  
*Claudia López Garcés*

Capítulo 2 Memória, identidade e território dos Arara:  
uma análise a partir do contexto de identificação da Terra  
Indígena Arara do Igarapé Humaitá/AC, Brasil. .... 43  
*Cloude de Souza Correia*

Capítulo 3 Os Laklãñõ na região do Alto Vale do Itajaí, estado de Santa  
Catarina, Brasil. .... 59  
*Alexandro Machado Namem*

Capítulo 4 Wyty-Catê: cultura e política de um movimento  
Pan-Timbira. .... 97  
*Jaime Garcia Siqueira*

Capítulo 5 Uma aventura entre a cruz e a espada que mudou a história:  
20 anos de luta indígena no Rio Negro. .... 129  
*Gersem José Santos Luciano*

**Segunda variação: desenvolvimento e meio ambiente**

Capítulo 6 A natureza dos povos indígenas e os povos indígenas e a  
natureza: novos paradigmas, desenvolvimento sustentável e a  
politização do bom selvagem. .... 165  
*Thiago Ávila (in memoriam)*

Capítulo 7	Trocando vitalidade: um exemplo de manejo ecológico no noroeste amazônico. .... 177 <i>Luis Cayón</i>
Capítulo 8	Ecoturismo e conservação no litoral norte da Bahia: um olhar sobre a interação entre cientistas conservacionistas e a comunidade costeira. .... 205 <i>David Ivan Fleischer</i>
Capítulo 9	Os Tremembé do litoral nordestino e um empreendimento turístico internacional. .... 229 <i>Isis Maria Cunha Lustosa e Stephen G. Baines</i>
Capítulo 10	São Thomé das Letras e São Jorge: gênese, conflito e identidade na constituição dos atrativos para um mercado turístico. .... 247 <i>David Ivan Fleischer e Rodrigo Paranbos Faleiro</i>
Capítulo 11	Dois conceitos articuladores no contexto indigenista de Roraima: projeto e desenvolvimento. ....283 <i>Maxim Repetto</i>
<b>Terceira variação: conflitos, direitos e Estado</b>	
Capítulo 12	Náwa, índios ou ribeirinhos? Quando os órgãos públicos entram em conflito. .... 321 <i>Rodrigo Paranbos Faleiro</i>
Capítulo 13	Conflito socioambiental sobre a gestão dos recursos naturais e simbólicos do território do Monte Pascoal e seu entorno. .... 339 <i>Luis Guilherme Resende de Assis</i>
Capítulo 14	Projeto de mineração do São Francisco e da Terra Indígena Araré/MT: um caso de negação ao exercício da governança local ..... 351 <i>Cláudia Tereza Signori Franco</i>
Capítulo 15	A identificação de terras indígenas como objeto de investigação antropológica. .... 367 <i>Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves</i>

**Quarta variação: etnicidade, midiaticização e outras metamorfoses**

- Capítulo 16 Por uma Antropologia visual das relações interétnicas: impressões sobre a exclusão social e a inclusão da arte indígena em Vancouver, Canadá. .... 399  
*Cristhian Teófilo da Silva*
- Capítulo 17 Além da técnica: o simbólico nas artes indígenas. .... 419  
*Katianne de Sousa Almeida*
- Capítulo 18 Um estudo das transformações musicais e festivas entre os Kalunga de Teresina de Goiás, Brasil. .... 447  
*Thais Teixeira de Siqueira*
- Capítulo 19 Los petroglifos de América del Sur. .... 467  
*Santiago Plata Rodríguez*
- Capítulo 20 Comentários sobre Yanomamo Series. .... 479  
*Maria Inês Smiljanic*
- Capítulo 21 Metamorfoses Sanumá e a subjetivação dos objetos. .... 497  
*Sílvia Guimarães*

**Quinta variação: perspectivas extracontinentais**

- Capítulo 22 Identidades sociais no Líbano: sectarismo, etnicidade e outras variáveis. .... 511  
*Leonardo Schiocchet*
- Capítulo 23 De anedotas antropológicas a perspectivas do contato em África: reflexões Herero. .... 539  
*Josué Tomasini Castro*



## Apresentação

Está completando 15 anos que o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri) surgiu, em 1997, a partir de uma conversa entre Maxim Repetto que, à época, estava cursando o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, e Stephen G. Baines, professor do Departamento de Antropologia, que vem coordenando o Grupo desde o início. Nos anos anteriores, organizamos alguns seminários sobre temas relacionados à etnologia indígena com enfoque em relações interétnicas, e com a criação do Geri, sistematizamos reuniões informais em que alunos da pós-graduação e da graduação em Antropologia, professores, indigenistas e outros podiam apresentar suas pesquisas relacionadas a temas de relações interétnicas, no sentido amplo. As reuniões do Geri, que vêm acontecendo de três em três semanas, nas tardes de sextas-feiras, tornaram-se um espaço para discutir pesquisas em andamento, teses de doutorado e dissertações de mestrado e de graduação em fase de elaboração final ou já defendidas, além de trabalhos de indigenistas interessados em compartilhá-los num ambiente acadêmico com a presença de alguns dos alunos mais dedicados do Departamento de Antropologia. As reuniões do Geri representam um espaço para discussões livres de professores e alunos, muitos dos quais trabalham em etnologia indígena, mas não exclusivamente, abrangendo outras pesquisas que lidam com relações interétnicas.

Com a saída de Maxim Repetto para realizar sua pesquisa de campo sobre organizações indígenas e educação superior indígena em Roraima e, posteriormente, para assumir o cargo de professor concursado do Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena na Universidade Federal de Roraima, outros alunos e ex-alunos do Departamento de Antropologia da UnB (DAN) assumiram voluntariamente a organização das reuniões do Geri. Foi criada uma home page no site da UnB com a colaboração de Maxim Repetto e, posteriormente, de Cristhian Teófilo da Silva, então aluno de doutorado do Departamento de Antropologia, depois professor concursado do Ceppac/UnB. Em 2006, o Geri passou a constar como evento de extensão da UnB, atraindo mais alunos e pessoas interessadas.

---

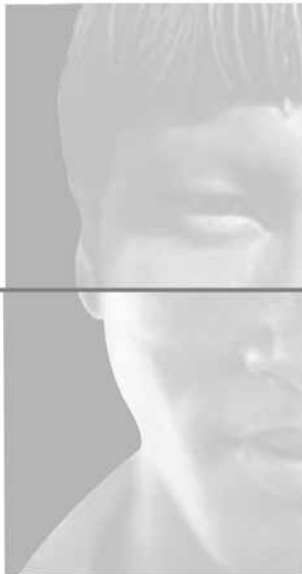
A partir de 2009, o Geri foi ampliado incluindo o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe (Ceppac), da UnB, tendo os professores Stephen G. Baines e Cristhian Teófilo da Silva como coordenadores pelo DAN e pelo Ceppac, respectivamente.

Ao completar 10 anos, o Geri e os seus atuais colaboradores Cristhian Teófilo da Silva e Rodrigo Paranhos sugeriram a publicação de um livro que reunisse alguns dos trabalhos apresentados. A resposta nos surpreendeu e muitas pessoas expressaram seu interesse em publicar artigos baseados nas suas apresentações.

A partir de intenso diálogo com os autores, que perdurou 3 anos, os quatro organizadores deste livro prepararam o material que o compõe. Em seguida, ao iniciarem os contatos com possíveis editoras que pudessem editá-lo, foram surpreendidos com a manifestação de interesse de quatro delas. Após quase um ano de negociação com várias editoras interessadas na publicação, o livro foi encaminhado às Edições Ibama, que realizou os serviços de editoração e disponibilizou o livro gratuitamente em seu catálogo virtual. Já a impressão desse livro foi viabilizada graças ao apoio financeiro de coeditores, Instituto Internacional de Educação do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do CEPPAC da Universidade de Brasília, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas e Departamento de Antropologia.

O conjunto de trabalhos disponibilizados neste livro reforça a seriedade de experiências nascidas na informalidade ou no compromisso com um tema. Dividida em cinco partes, a obra contempla com excelência temas e recortes ainda pouco explorados, abrindo espaço para novas discussões e reflexões no campo das relações interétnicas. Com este livro, convidamos os leitores a navegarem por essas páginas em uma singular experimentação de alteridade por meio das relações interétnicas.

---



# TERCEIRA VARIAÇÃO

conflitos, direitos  
e Estado





## Capítulo 12

# Náwa, índios ou ribeirinhos? Quando os órgãos públicos entram em conflito

Rodrigo Paranhos Faleiro

### Introdução

Este ensaio discute as apropriações polissêmicas da identidade social pelo Estado brasileiro, elegendo uma situação de conflito na Serra do Divisor, no estado do Acre. Esse breve exercício do olhar antropológico sobre uma situação de conflito, na qual a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), na época fazendo parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)<sup>1</sup>, duas instituições públicas, pertencentes ao mesmo Estado, confrontam seus mandatos legais ao divergirem quanto à destinação de uma área, onde os moradores reivindicam seu reconhecimento enquanto etnia Náwa. Para a primeira, o reconhecimento e a permanência do grupo naquela localidade significava reparar um passado de subjugação étnica e o cumprimento da legislação indigenista, enquanto para a segunda, havia o entendimento de reconhecimento e sua consequente permanência como supressão parcial ou total do Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD). Diante do impasse marcado por posições contrárias que se respaldam tanto pela atuação das equipes que compõem e dão vida ao mundo abstrato dessas instituições quanto pelos respectivos mandatos legais e universos simbólicos, coube à Justiça Federal a mediação do conflito.

Ao pensar a interação Funai/ICMBio, este ensaio pretende trilhar por caminhos marginais à reflexão antropológica, pois não discute “o acesso ao uso de recursos naturais”, tema tão antigo quanto à humanidade, ou as relações entre o Estado e a sociedade, abordados em diferentes recortes pelos clássicos estudos de Leach, na Ásia, Gluckman, na África, Sahlins, na Oceania, e Clastres

---

<sup>1</sup> Quando tratar-se de ações de competência do ICMBio, independentemente da data, citarei ICMBio. Adoto essa opção por considerar serem os mesmos setores do Ibama que formaram o ICMBio.

---

na América do Sul e, menos ainda, aproxima-se dos “atores concretos” índios e natureza ou fixa-se ao mérito da reivindicação e das possibilidades de solução para contenda, mas, sim, busca na disputa entre a Funai e o ICMBio ora como palcos, ora como atores autônomos a serem discutidos por meio dos seus atos, documentos técnicos e processuais, e na visão veiculada por suas respectivas equipes técnicas do espaço no qual as questões concretas<sup>2</sup> são figurativas. As posições divergentes são enfatizadas como foco de análise tanto por mostrarem a vivência das partes quanto por ofertarem questões capazes de dialogar com a teoria. Com isso, além de persistir no rumo antes já trilhado, espero compreender melhor antigos incômodos que dizem respeito aos entes que se articulam enquanto Estado; ao conflito como regra dentro do Estado; ao papel da instituição mediadora na manutenção da coesão do Estado; às expressões ideológicas como políticas públicas; à ideologia do indivíduo atuando nas posições institucionais.

### Serra do Moa: espaço e gênese do conflito

Ao situar o epicentro do conflito na Serra do Moa, usufruo da linguagem do ribeirinho que une a Serra do Divisor com a Bacia do Rio Moa para dar conta da primeira e suas adjacências, que se estendem tanto para o Peru quanto para o Brasil. Embora o neologismo aborde apenas o último e a contenda seja restrita à Bacia do Rio Moa, o espaço é interligado pelos documentos consultados e pela memória falada, permitindo ambientar a análise a partir da descrição abrangente que vai se aproximando gradualmente do Rio Moa, foco deste ensaio.

A região da Serra do Divisor que separa as bacias hidrográficas do Médio Vale do Rio Ucayali, no Peru, e do Alto Vale do Rio Juruá, no Brasil, no extremo oeste do estado do Acre, serve também de fronteira aos respectivos países. Atingindo 600 metros de altitude em plena Amazônia, a região abriga distintos gradientes de paisagens que vão desde os cumes da serra até as áreas alagadas de florestas tropicais abertas e densas, com árvores de 30 metros de altura, até lagos, cachoeiras e rios de distintos tamanhos, concentrando variada fauna (IBAMA, 1989; IBAMA, 1998; ÁVILA, 1999).

A presença humana nos arredores da Serra do Divisor antecede à colonização da América por europeus, quando etnias das famílias linguísticas

---

<sup>2</sup> Ao usar o termo concreto ao invés de índio ou de natureza, e temas correlatos, não pretendo entrar no campo da hermenêutica e menos ainda nas discussões do pensamento hegeliano, mas apenas dizer índios, natureza e temas correlatos.

Pano, Arawak e Quíchua<sup>3</sup> já disputavam entre si o domínio da região (PIMENTA, 2002). Contudo, a chegada dos europeus pelo lado hispânico e, mais tarde<sup>4</sup>, dos brasileiros no Alto Juruá, durante o ciclo das “drogas do sertão” (salsaparrilha, cacau, canela, breu, entre outras), guardou vagas descrições daqueles índios tidos apenas como guerreiros<sup>5</sup> (PIMENTA, 2002; PEREIRA NETO, 2000).

O preço da borracha no mercado internacional atraiu para a região os *caucheiros* peruanos e os seringueiros brasileiros, que, violentamente, expulsaram os índios da Serra do Moa para áreas onde não ocorria o caucho *Castilloa ulei* nem a seringueira *Hevea brasiliensis*. À medida que os índios eram expulsos ou exterminados por aventureiros dava-se o batismo tanto da terra, que deixava de ser floresta para tornar-se seringal, quanto dos seus conquistadores, que, na mesma metáfora, passavam a ser os donos do barranco. Nesse mundo recém-criado, seu novo senhor instituía o patrão, gerente do seringal a quem competia o controle do barração – ponto de escambo de todos os produtos que entram e saem do seringal; os imigrantes nordestinos recém-fixados nas colocações – subdivisões do seringal; e o aluguel das estradas de seringa – utilizadas para a extração do látex (PEREIRA NETO, 2000).

Apenas em meados do século XX, com a queda do preço da borracha, a organização interna dos seringais sofre mudança, pois parte dos seringueiros oriundos do Nordeste deixam a região. Naquele momento, inicia o período das correrias, em que os índios que tinham sobrevivido à ocupação de seus territórios e se refugiado nas áreas de difícil acesso, passam a ser convertidos ao mundo dos brancos tanto pelo “cachorro” que os caçavam quanto pelo trabalho nos seringais, onde eram feitas as separações das caças, que eram os que mereciam viver e/ou até casar com seringueiros e patrões (PEREIRA NETO, 2000; MONTAGNER, 2002).

Com as sucessivas crises da borracha, a organização interna dos seringais é gradativamente alterada. O antigo patrão é substituído pelo arrendatário do seringal, que, além de assumir o papel e o título do primeiro, passa a exigir o aumento da extração

---

<sup>3</sup> A grafia das famílias linguísticas Pano e Quíchua são utilizadas por Melatti (1992), enquanto Arawak é empregada por Pimenta (2002).

<sup>4</sup> Até a primeira metade do século XIX, o Acre não pertencia ao Brasil, tendo sido adquirido durante as negociações diplomáticas conhecidas por Questão do Acre e conduzidas pelo Barão do Rio Branco.

<sup>5</sup> Para Pereira Neto, a violência da ocupação causou a atual falta de informações sobre aqueles índios, bem como sua dizimação por doenças e combates armados (PEREIRA NETO, 2000).

de látex. Essa exigência comprometia a longevidade das seringueiras e sua capacidade de produção, o que acirra a relação proprietário-seringueiro. Mais tarde, o monopólio do barracão é quebrado tanto pelas roças de subsistência, que os seringueiros passam a ter direito de manter, quanto pelos regatões, que são barcos que trazem produtos das cidades próximas para trocá-los por produtos da floresta – seringa e carne de caça. Finalmente, com o declínio do extrativismo de látex, as estradas deixam de ter pedágio, os seringueiros substituem o extrativismo pela agricultura e os proprietários vendem seus seringais para os primeiros fazendeiros do Rio Moa (LIMA, 1993).

As mudanças repercutem em toda a estrutura social vigente, pois a relação de produção é alterada tanto pela substituição da dicotomia seringueiro-dono do barranco/patrão por posseiro-fazendeiro, quanto pela dissociação de ambos no processo produtivo, uma vez que a junção látex-comércio é substituída pela disputa agricultura-pecuária. Dessa forma, o ambiente florestal onde o posseiro pratica o extrativismo, a caça e o cultivo de suas roças de subsistência deixa de existir em prol dos pastos que vão alimentar o crescente rebanho do fazendeiro (LIMA, 1993).

A década de 1970 é caracterizada pelas iniciativas do estado na região, com a instalação da Ajudância do Acre, que dá início à identificação e delimitação das terras indígenas (TI) no estado. Nesse período, são iniciados os processos de identificação das TIs Jaminawa do Igarapé Preto, Kampa do Rio Amônia e Nukini (PEREIRA NETO, 2000). Esses povos, exceto os ashaninkas (TI Kampa do Rio Amônia) buscam manter sua identidade anterior ao contato com a sociedade não índia, os demais, em função do histórico de massacres, fugas e integração por alianças matrimoniais, ou como mão de obra dos seringais, pouco diferenciados das vivendas típicas do seringal e de seus habitantes.

Na época, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Polo Amazônia e do II Plano Nacional de Desenvolvimento Brasileiro, começaram a ser definidas as áreas prioritárias para conservação – parques e reservas – e de uso tradicional – inclusive TI. Na época, estudos na Amazônia propuseram a criação e o reconhecimento de 48 áreas, das quais o PNSD, que foi criado em 1989 (IBAMA, 1998). Naquele período, os conflitos fazendeiro-seringueiro (posseiro) acirraram-se, levando os movimentos sociais a reivindicar junto ao Governo federal uma política pública que protegesse o modo de vida extrativista, culminando tanto na criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) quanto da primeira Reserva Extrativista do Alto Juruá (Reaj), na Bacia do Rio Tejo, limítrofe à Serra do Divisor (UICN, 1995).

---

O sucesso alcançado pela Reaj, entre outras reservas criadas nos anos seguintes, e a situação dos seringueiros que vivem no PNSD levou o Ministério Público (MP) a realizar em 1993 uma Perícia Antropológica no PNSD (rios Moa e Azul) para avaliar sua conversão em reserva extrativista. Embora os ex-seringueiros demonstrassem interesse pela proposta, os fazendeiros aparentavam insatisfação tanto com o parque quanto com a reserva, já que ambos culminariam na desapropriação de suas terras por baixos valores, ou nenhum, como o caso da TI Nukini<sup>6</sup> (LIMA, 1993; MONTAGNER, 2002).

Na última década, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) implantou dois Projetos de Assentamento (PA) na região: PA do Rio Azul e PA Amônia. Esses projetos criaram uma imagem negativa em torno dos PAs, já que o modelo do Incra não era apropriado para a região. Contudo, nos últimos anos, uma parceria do Incra, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ibama, SOS Amazônia (SOS), Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Pesacre), entre outros, têm buscado inverter a imagem por meio do Projeto Modelo de Assentamento Rural Sustentável para a Amazônia Ocidental, São Salvador (IBAMA, 1998).

Entre 1995 e 1998, durante a elaboração do Plano de Manejo do PNSD pela SOS e o ICMBio, foram discutidos com as comunidades o potencial turístico do Moa e o assentamento das comunidades em outra área. Coincide, também, a morte da equipe do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que atua na região, em um acidente, o que traz a Cruzeiro do Sul/AC<sup>7</sup> outra equipe da instituição que já atuava no Pará.

Em 1999, aconteceram diversas atividades na Serra do Moa. Enquanto o ICMBio e a SOS iniciavam o levantamento dos moradores das margens dos rios Moa e Azul, passíveis de serem reassentados no São Salvador, os nukinis reivindicavam o monopólio sobre a atividade turística a ser desenvolvida no PNSD e a ampliação de sua TI rumo ao estado do Amazonas (área fora do PNSD). Porém, as demandas de famílias pelo reconhecimento indígena que datavam da época da identificação dos nukinis, aparentemente, ressurgiram quando o Cimi anunciou ter encontrado remanescentes da etnia Náwa, durante sua visita à Serra do Moa, em companhia do cacique Nukini. As pressões em

---

<sup>6</sup> Após a realização da perícia antropológica no PNSD, em 1993, os fazendeiros criticaram a criação da reserva extrativista e propuseram a diminuição do parque para os limites da Serra do Divisor, deixando as demais áreas livres para a pecuária (LIMA, 1993).

<sup>7</sup> Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima são os núcleos urbanos próximos à Serra do Moa.

prol de uma agenda propositiva para os índios fizeram com que a SOS e os nukinis elaborassem um projeto de manejo para a TI Nukini<sup>8</sup>.

Naquela mesma época, os índios pataxós ocuparam a sede do Parque Nacional Monte Pascoal no sul da Bahia. Diante de possíveis conflitos no cenário da comemoração do Descobrimento, diversas instituições governamentais e internacionais tentaram contornar a situação. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Justiça (MJ), e este com a Funai, articulavam uma agenda para resolver a questão.

No ano seguinte, diante da possibilidade do reconhecimento da etnia Náwa, a Gerência Executiva do Ibama no Acre (Ibama/AC) e a SOS acionaram a Administração Executiva Regional da Funai em Rio Branco (Funai/AC) para avaliar se eram ou não índios Náwa as famílias que até pouco apresentavam-se como ribeirinhas. O administrador disse que estava ciente da situação, pois o Cimi já tinha o fato comunicado a ele, e que dependia de recursos para avaliar o caso em campo. Diante da situação, a Funai/AC, com apoio do Ibama, SOS e Cimi, visitou a área e apresentou o Relatório Preliminar a Respeito de População que se Afirma Pertencer à Etnia Naua, Habitantes do Parque Nacional da Serra do Divisor – Município de Mancio Lima/AC, no qual afirma serem eles os índios Náwa e propondo o reconhecimento de suas terras. Contudo, após a Inspeção Judicial da Ação Civil Pública (Processo nº 1998.30.00.002586-0) realizada no mesmo ano, o juiz determinou a elaboração de um laudo conclusivo para esclarecer a condição étnica dos moradores da comunidade localizada ao longo do Igarapé Novo Recreio, que se autodenominavam Náwa (JUSTIÇA FEDERAL, 2000), uma vez que o documento apresentado pela Funai/AC não era conclusivo.

Em julho, a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, foi sancionada com um artigo que obrigava o Ibama e a Funai a proporem soluções para os casos de sobreposição de TI e UC. Porém, apenas com a ocupação da sede do Parque Nacional do Araguaia na Ilha do Bananal, pelos Carajás, o Ibama acionou o MMA e este o MJ, que, além de ter pedido providências à Funai, constituiu a comissão que tratou da referida lei. Essa comissão manteve-se inativa, quando, diante da ameaça de novas ocupações, o MMA convocou uma reunião extraordinária do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), na qual

<sup>8</sup> Segundo informações colhidas com a SOS, o projeto foi fruto do esforço coletivo da comunidade, contudo, após ser aprovado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), o cacique expressou que os nukinis não tinham interesse pelo projeto e o abandonaram.

<sup>9</sup> Apesar das inúmeras reuniões, pouco se avançou até 2002.

constituiu nova comissão, cuja finalidade era acompanhar a anterior, sendo esta integrada por organizações não governamentais que representassem regional ou nacionalmente os interesses dos índios e das unidades de conservação<sup>9</sup>.

Durante as Comemorações dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil, a imprensa explorou as superposições. Na ocasião, o Cimi divulgou sua descoberta da etnia extinta. Com isso, as famílias participaram das comemorações em Cruzeiro do Sul apresentando-se como Náwa – os verdadeiros donos das terras.

No ano seguinte, a SOS e o ICMBio realizaram seminários para a formação do Conselho Consultivo do PNSD, durante os quais a proposta de reconhecimento da TI Náwa foi posta em pauta, sem avançar muito nesse tema, já que o fórum não era apropriado. Naquele período, ocorreram desentendimentos entre os líderes nukinis e Náwa, o que pareceu influenciar a reivindicação dos primeiros para que suas TIs fossem ampliadas sobre o PNSD, coincidindo com o pleito dos segundos.

O MMA anunciou em uma reunião que “está aberto a discutir formas de gestão integrada das áreas sobrepostas”, entretanto, “questões de domínio só seriam tratadas na comissão que a Presidência da República estaria criando”. Segundo informações, essa comissão deveria substituir as anteriores.

Apenas em 2002, foi realizada a Perícia Antropológica sobre a Condição Étnica dos Moradores do Igarapé Novo Recreio, Rio Moa/AC, que se autodenominam Náwa, na qual Montagner confirma que o grupo construiu a etnia a partir de fragmentos da memória, de objetos e de outros elementos simbólicos, que, articulados, apoiam a reivindicação do grupo (MONTAGNER, 2002). Na ocasião, a JF solicitou a avaliação do documento pelo Ibama/AC, ao mesmo tempo em que a Funai realizava discussão sobre a ampliação da TI Nukini.

A partir da perícia, o juiz decidiu pela criação da Terra Indígena Náwa, do Parque Nacional Serra do Divisor, e determinou a elaboração do plano de gestão da área, onde estaria identificada a área e a forma de manejo. Segundo Correa (2007), a decisão do juiz partiu da lógica ambientalista e não indigenista. Seu argumento estava pautado na própria criação da Terra Indígena Náwa, do PNSD, considerado como fato inédito. Contudo, segundo ele, apenas com a decisão do juiz foi possível reconhecer a existência da etnia Náwa pelas instituições públicas ICMBio, Funai e MPF.

## Funai e Ibama: as partes no conflito

Sem querer realizar uma discussão hermenêutica, convém esclarecer o emprego dos conceitos Estado e Governo neste ensaio. Apesar da simplicidade

---



do exemplo, empregaremos Estado como uma estrutura política permanente do País, enquanto Governo será utilizado quando nos referirmos ao conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de determinada sociedade (BOBBIO, 1994), ou seja, a Funai e o Ibama são órgãos do Estado, enquanto seus dirigentes nomeados pelo Presidente são Governo.

O conflito Funai-Ibama é compreendido a partir da noção de Estado-Governo, pois ambos são órgãos do primeiro, dirigidos pelo segundo. Nesse sentido, poder-se-ia concluir que o que exprime a instituição vem do Governo, se este não fosse fruto de coalizões de forças políticas internas e externas ao Estado. Para Lima (2000), é necessário averiguar as formas específicas de atuação do Estado e, por esse viés, examinar uma configuração – representada pela máquina estatal – permanentemente negociável e sujeita à mudança, a reformas e a redefinições, para, então, mapear o campo relacional de práticas de poder. Essa perspectiva inicialmente desenvolvida para o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão que deu origem à Funai, impinge uma linha reflexiva útil para entendermos o conflito em análise. A indicação de Lima sobre as equipes que permeiam entre o Estado e o Governo, para influir no último, dotada de ideologia indigenista ou ambientalista, acirra ou não as posições antagônicas do conflito. Por isso, ele relata que em sua pesquisa sobre o encontro entre o projeto (ente externo do Estado que opera na Funai) e a Funai (ente do Estado) “gerou um espaço de lutas singular, na medida que desencadeou, em nível das interações cotidianas, conflitos de diversas naturezas, muitos dos quais ‘naturalizados’ como inerentes a todo e qualquer ambiente de trabalho” (BOBBIO, 1994).

Essa situação de conflito também é descrita em Pareschi como “as disputas que ocorrem entre atores sociais com ideologias diversas, oriundas de posições específicas e portadoras de determinados poderes em fóruns institucionalizados” (PARESCHI, 2002). Essa contradição do Estado é estabelecida por meio das normas ditas abstratas, que deveriam orientar os procedimentos, mas que, na prática, recebem grande influência das relações e posturas pessoais mantidas inter e intrainstituições, por meio das equipes que as integram (BEZERRA, 1995). Dessa forma, grupos ideológicos distinguem-se dos demais sob a égide da identidade por contraste<sup>10</sup> (OLIVEIRA, 1976), montam equipes e negociam cargos, potencializando suas capacidades de enfrentamento seja na instituição (setores, divisões, departamentos, diretorias) ou no Estado (fundação/instituto, ministério, poder executivo), como nos Nuers<sup>11</sup> que, em seu sistema político,

---

<sup>10</sup> Grupo que pode ser entendido como equipe ou rede, neste ensaio.

uniam seções terciárias com uma secundária e esta com outra secundária diante de uma primária e assim por diante.

Entretanto, esses grupos também articulam-se em rede, solicitando apoio a pessoas acessíveis (por algum laço real ou fictício, inclusive de parentesco) para superar os obstáculos da hierarquia institucional – recordando novamente os Nuers (EVANS-PRITCHARD, 1978). Por sua vez, a hierarquia pode ser entendida pelos níveis de integração sociocultural (família, aldeia, nação etc.), descrito por Steward como círculos concêntricos, que, neste ensaio, seriam: em nível local (os atores concretos); em Rio Branco (Funai/AC, Ibama/AC, JF, MP, SOS e Cimi); em Brasília (Funai ou Ibama); em Ministério (MJ ou MMA); na Presidência da República (Casa Civil e AGU).

A partir desta construção teórica pode-se “ver a sociedade mais próxima de um precipitado fluido e instável de redes sociais do que de armaduras rígidas, estanquizadas e em equilíbrio” (LIMA, 1995, p. 42), onde o conflito Funai-Ibama começa em escala local, quando os atores concretos sentem-se ameaçados pelo levantamento de moradores realizado pelo Ibama e a SOS, e usufruem tanto das relações de parentesco com os nukinis (somos parentes, mas não somos o mesmo povo) quanto do resgate da identidade étnica Náwa (MONTAGNER, 2002; PIMENTA, 2002; CAMPOS, 2000; BARTH, 1998), para buscar apoio do Cimi. Nesse momento, as redes existentes são ativadas, pois o Cimi trabalha com índios e passa a exercer pressão sobre a Funai/AC, e a SOS sobre o Ibama. Estes, por pertencerem ao Estado articulam-se com a Funai/AC, oferecendo os meios necessários à avaliação da etnicidade do grupo que afirma ser Náwa. Porém, quando a Funai/AC aponta para um “reconhecimento”, as instituições polarizam-se em Ibama/AC e SOS de um lado e Funai/AC e Cimi do outro, debatendo entre si, segundo seus universos simbólicos, pautados na noção de bom selvagem e de paraíso intocado. Se o argumento é institucional a resposta é que o PNSD está sob a administração do Ibama e que a TI Náwa será administrada pela Funai, mas se é técnico é preciso observar a importância do resgate de uma cultura perdida e da região, por concentrar alto índice de endemismo. Quando apelam ao argumento jurídico tanto o Ibama resgata o art. 225 da Constituição quanto a Funai vale-se do art. 231<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> No sistema de linhagem, Nuer é o parentesco resgatado para resolver uma vendeta (EVANS-PRITCHARD, 1978).

<sup>12</sup> Godelier, nos seus estudos na África, diz que o mesmo ambiente é interpretado culturalmente de diferentes formas, quando o olhar é de grupos diferentes (GODELIER, 1986).

As representações da Funai e do Ibama em Brasília são convocadas, mas não se manifestam, já que enfrentam casos emergenciais na Bahia (Pataxó – Parque Nacional Monte Pascoal) e na Ilha do Bananal (Carajás – Parque Nacional do Araguaia). De volta à escala Rio Branco, a Funai e o Cimi anunciam na imprensa a descoberta da etnia desaparecida, que é potencializada com a Comemoração dos 500 anos, enquanto o Ibama, durante a inspeção jurídica, mostra o conflito ao juiz, que acaba por intermediar o caso, impondo procedimentos periciais que amainam as discussões.

O conceito de *habitus* (BOURDIEU, 1990) explicita a operacionalização das negociações entre as partes, que, nas distintas escalas, são feitas pela pessoa – “eu conheço fulano”, “falei com ele”, “o Presidente vai ligar para ele”; pelo grupo – “o Presidente solicitou que encaminhássemos o pedido em nome dele”; ou pela rede – “tenho meus contatos, quando for necessário aciono”.

Pensando em grupos e até em instituições, essa articulação ao redor dos dirigentes é descrita por Gluckman na África do Sul, que afirma que o sistema social do país opera a partir das relações de interdependência de grupos ou facções sociais que se articulam em torno do governo dominante, em busca da realização dos interesses da sua coletividade, negligenciando ou renegociando suas simpatias e pactos intergrupos, estabelecendo, assim, a relação de poder pela proximidade ou distanciamento do governo dominante, da mesma forma que Gramsci descreve o estabelecimento da hegemonia por meio da articulação dos grupos em torno do mais forte, o que, a meu ver, contribuirá com o caráter de coesão do Estado (GLUCKMAN, 1987). De volta ao conflito Funai-Ibama, fica claro que a articulação ocorre a partir dessas relações de proximidade – Cimi/Funai e SOS/Ibama ou Ibama/MMA/MJ/Funai – que, embora expressas por indivíduos pertencentes às equipes – “eu vou levar o assunto ao Presidente e ele vai ligar” –, são “tocados” pelo porta-voz do grupo, mantendo, assim, as “contradições do Estado”.

### Mediação: uma possível conclusão do texto

A mediação possibilita a análise da coesão legalmente existente e conclusivamente pouco explorada, pois, nos casos de conflito em escala local, submete-se à escala superior, até chegar ao Ministério ou à Presidência, onde ambos podem usufruir da Casa Civil e da Advocacia-Geral da União para dirimir questões. Novamente, distancia-se o modelo estabelecido da prática, já que procedimentos estão escritos e seus executores negligenciam seu cumprimento sem que instâncias superiores intervenham.

---

As políticas ambientais e indígenas no Brasil estão pautadas na intervenção territorial, visando garantir espaços territoriais sob regimes jurídicos específicos para alcançar a conservação da diversidade biológica ou a garantia de territórios às populações indígenas, para que estas possam exercer suas práticas culturais. Segundo Lima, a administração ou os aparelhos estatizados de poder desempenham o papel de territorializar e fixar unidades administrativas submetidas a um controle central e amparadas em arcabouços jurídicos, técnicos e operacionais específicos (LIMA, 1995). Nesse caso, a submissão parece obedecer à lógica das conveniências, pois, apesar de estarem cientes dos problemas, raramente alcançam as hierarquias mais altas de governabilidade.

A categoria parque nacional, que é administrada pelo ICMBio, considera a presença humana para fins que não sejam de pesquisa, educação ambiental, turismo ou lazer incompatível com os objetivos da unidade de conservação (Lei nº 9.985/2000). A presença humana é tida como um problema a ser resolvido por meio de indenização, fiscalização, alternativas econômicas, entre outros instrumentos que estejam ao alcance do órgão gestor. Já a categoria terra indígena, cuja administração compete à Funai, estabelece que o uso do território e de seus recursos naturais deve ser feito exclusivamente pelas populações indígenas que nela habitam e que os parâmetros regentes de tais usos são estabelecidos pela cultura do grupo.

A percepção de Lima sobre a concorrência institucional por espaços a serem colonizados é atribuída à ausência desses espaços “vazios”, ou seja, sem serem territorializados, e à necessidade de os aparelhos estatizados estabelecerem unidades administrativas submissas a um poder central, em acordo com seus arcabouços, seja terra indígena, parque nacional, reserva extrativista ou projeto de assentamento (LIMA, 1995). Portanto, o reconhecimento da TI Náwa é também uma ação de concorrência institucional, em que as equipes técnicas confrontam-se em nome de seus universos simbólicos, cujo resultado duvidoso, embora conclusivo, deve ser evitado – já que o concorrente é igualmente um órgão público com poder capaz de sensibilizar a sociedade.

Lima (1995) oferece outra leitura fundamental para a compreensão da contenda, pois, apesar de a política indigenista estatal em vigor datar do início do século XX e de as primeiras unidades de conservação inclusas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza terem sido criadas a partir da década de 1930, ambas as políticas ambientais e indigenistas estão em consolidação. Se, por um lado, está clara a necessidade de destinar parcelas do território nacional para a conservação da diversidade biológica ou para a sobrevivência física e cultural de grupos indígenas, a existência de lacunas

---

em “como fazer isso” afirma estarem esses campos da burocracia sendo disciplinarizados. Para Lima, a disciplinarização é um processo que conduz à normalidade, em que uma condição empírica e reinventada constantemente passa a ser processual, protocolar e disciplinada. Embora seja indubitável reconhecer avanços nessas políticas, sua marginalidade diante de temas consagrados pela macroeconomia e as políticas de desenvolvimento não possibilitou uma disciplinarização consolidada.

Nesse sentido, a intervenção da justiça federal encaminha a divergência para o rito jurídico que tanto orienta a distribuição de terras quanto evita a “guerra” – parafraseando Rappaport (1969). Porém, se por um lado o Ibama/AC esperava que a justiça federal, ao instalar o procedimento legal, iria fortalecer a avaliação negativa da etnicidade do grupo dito Náwa e, com isso, o caso fosse encerrado, não considerou a capacidade de articulação da Funai/AC, que, também detentora de meios para atuar na justiça federal, estabelece critérios e peritos que culminam em resultados menos favoráveis ao primeiro. Não se trata de discutir a legitimidade dos Náwa sobre área sob domínio do PNSD ou a necessidade de exclusão deles para conservação deste, mas, em todo o processo, os universos institucionais explorados visam ao estabelecimento de legitimidades jurisdicionais entre o Ibama e a Funai, na competição por espaços colonizados por uma ou outra instituição – atitude que, talvez, possa estar mais incorporada na visão de um do que de outro (LIMA, 1995). Para Maciel, em sua *Dissertação na Ilha do Bananal*, essa concorrência ocorre em nível jurisdicional das instituições, o que impossibilita tanto o debate sobre a viabilidade no cumprimento dos objetivos, independentemente do conflito, quanto sua solução (MACIEL, 2000).

Para Lima, “faz sentido considerar, para além da encenação dos acordos formais, ou de tudo o que, por meio deles é dito, os acordos tácitos, as manipulações, as adaptações e as soluções de continuidade configurando-se como se fossem contradições ao modelo almejado” (LIMA, 2000).

Se o conflito é resultado do confronto entre os universos simbólicos das partes sobre um mesmo espaço físico, no qual assumem aspectos institucionais e ideológicos concorrentes, a intervenção da justiça representa a coesão do Estado, pois a eficácia simbólica deste deve sempre transparecer aos olhos da sociedade como o ato realizado, cuja solução será alcançada. Essa é a condição descrita por Lévi-Strauss que, ao analisar um caso de feitiçaria no México, percebe que os dirigentes do grupo estão mais interessados em confirmar a eficácia do sistema do que propriamente averiguar a origem do distúrbio que acomete uma jovem que teria sido vítima de feitiçaria (LEVI-STRAUSS, 1991).

---

A coesão do Estado é construída a partir de um processo, já que a análise sem prazo garante o andamento da questão. Assim, as equipes de cada instituição, sob as regras da polidez e do decoro, e em acordo com sua mitologia, apresentam à plateia – demais instituições públicas e a sociedade em geral – o encaminhamento da situação de conflito rumo a uma solução (GOFFMAN, 1985). Dessa forma, o conflito é vivenciado pelas equipes nas instituições, tratado pela prática processual da justiça federal, e demonstrado para a sociedade como “em andamento”, sem alterar em nada o cotidiano dos atores concretos.

Ao concluir este texto, evidencio a instituição pública como o espaço legítimo de reflexão da sociedade, onde antagonismos, contradições, conflitos e negociações – reflexo de inúmeros outros elementos da sociedade – são realizados estrategicamente, estabelecendo a coesão do Estado perante a sociedade. As percepções dos informantes de cada instituição ressaltam aspectos ideológicos que ultrapassam o âmbito da instituição pública e, com isso, revelam o seu interior. Poderíamos facilmente avançar nesse caminho com abordagens mais profundas e enriquecedoras que ultrapassariam o propósito do exercício do olhar antropológico e exigiriam mais páginas do que as destinadas a este ensaio.

Todavia, convém reafirmar o caráter experimental das muitas citações da teoria antropológica que, em poucos casos, foi direcionada para um objeto de análise equivalente. Usufruo dessa literatura para pensar um objeto que, ainda hoje, desafia a sensatez de clássicos das ciências sociais, sem impedir que seja possível pensar o Estado como palco, as equipes articuladas como grupos ou redes e o procedimento como um processo. Esse conjunto de ferramentas permite arguir o seguinte: até que ponto o Estado deve ser abstrato, já que não é monolítico nem é racional? Isso aponta para uma possível resposta discutida em outro trabalho (FALEIRO, 2009): até o momento em que ele passa a ser monolítico e racional. Pensando nesses pressupostos como adjetivos inerentes ao aparelho público, deveríamos supor a existência de níveis ao redor de um núcleo duro do Estado que crescem rumo ao privado ou coletivo não estatal. Em cada um desses níveis haveria um abrandamento dessa dureza típica da racionalidade, da burocracia e da legalidade, conformando anéis concêntricos que relativizam cada vez mais a dureza estatal. Dessa forma, seria correto supor que nesses anéis estão distribuídas as ações típicas de Estado e as que não devem ser executadas pelo Estado, porém, a grande maioria das atividades que emergem nessa caótica e acelerada modernidade ainda estão por ser disciplinarizadas (LIMA, 1995) e, quando estiverem, estarão aptas para estar

---



dentro ou fora do Estado. Esse, sim, seria o grande debate sobre a instituição pública dos próximos anos.

---

## Referências

- ÁVILA, F. (Ed.). **Parques Nacionais: Brasil**: Guia Turístico Ecológico. São Paulo: Empresa das Artes, 1999.
- BARTH, F. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.
- BEZERRA, M. O. **Corrupção**: em estudo sobre poder e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Anpocs, 1995.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. 6. ed. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1994.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CAMPOS, L. E. **Pertencemos a um grupo étnico chamado Mixteco**. 2000. Monografia (Graduação) – Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília, Brasília, 2000.
- CORREIA, C. de S. **Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental**: representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no estado do Acre. 2007. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- CORREIA, C. de S. **Mineiros, gaúchos e conservacionistas**: uma abordagem antropológica dos conflitos socioambientais no noroeste de Minas Gerais resultantes das distintas formas de apropriação espacial do Cerrado. 1999. Monografia (Graduação) – Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília, Brasília, 1999.
- DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- ENCICLOPÉDIA DA FLORESTA. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FALEIRO, R. P. La Mesura de la Maldad: autonomía, tutela y dominación, nuevas artimañas del control étnico. In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUL “DIVERSIDAD Y PODER EN AMÉRICA LATINA”, 8., 2009, Buenos Aires. **Anais...** 2009. Buenos Aires: Unsam: Idaes, 2009. CD-ROM.
-



FALEIRO, R. P. **Unidade de conservação versus terra indígena, um Estado em conflito**: estudo da influência da pessoa na gestão pública. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

FALEIRO, R. P. La Mesura de la maldad: autonomía, tutela y dominación, nuevas artimañas del control étnico. In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUL: DIVERSIDAD Y PODER EN AMÉRICA LATINA, 8., 2009, Buenos Aires. **Anais...** 2009. Buenos Aires: Unsam: Idaes, 2009. CD-ROM.

FUNAI. Processo nº 08690.2058/2000. Funai.

GODELIER, M. **The mental and the material**. London: Verso, 1986.

GOFFMAN, E. **A Representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GLUCKMAN, M. Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna. In: FELDMAN- BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos**. São Paulo: Global Universitária, 1987.

IBAMA. **Plano de manejo do Parque Nacional da Serra do Divisor**. Disponível: <[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)>. Acesso em: 1 nov. 2002.

IBAMA. Processo nº 02001.003317/99-18. IBAMA/MMA – Administração Central.

IBAMA. Processo nº 02001.005540/2002-75. IBAMA/MMA – Administração Central.

IBAMA. **Unidades de conservação do Brasil**. Brasília: Ibama, 1989.

JUSTIÇA FEDERAL. **Relatório de inspeção judicial in ação civil pública (classe 07100)**. Processo nº 1998.30.00.002586-0.

LÉVI-STRAUSS. C. **Antropologia estrutural I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

LIMA, A. C. de S. **Um cerco de grande paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LIMA, E. C. de. **Perícia antropológica sobre o Parque Nacional da Serra do Divisor (Rios Moa e Azul) – Acre**. São Paulo: USP, 1993. (não publicado).

LIMA, L. M. M. **Se a Funai não faz, nós fazemos**: conflito e mudança no contexto de um projeto de cooperação. 2000. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia/ Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

MACIEL, N. J. B. **Uma ilha, dois parques, muitos donos**: apontamentos acerca dos conflitos socioambientais na Ilha do Bananal/TO. Dissertação (Graduação) – Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

---

MELATTI, J. C. **Curso: índios da América do Sul: Áreas Etnográficas**. Brasília: UNB/DEX-DAN, 1992. Disponível em: Disponível em: <<http://e-groups.unb.br/ics/dan/juliomelatti/ias-introd/txpq.htm>>. Acesso em: 20 de novembro de 2011.

MONTAGNER, D. **Construção da Etnia Náwa**: perícia antropológica sobre a condição étnica dos moradores do Igarapé Novo Recreio, Rio Moa, AC, que se auto denominam Náwa. Rio Branco: Justiça Federal (Processo 98.00.002586-0), 1998. (não publicado).

NEA/IBAMA/SOS AMAZÔNIA. **Relatório da oficina de formação do conselho consultivo do PNSD**. Cruzeiro do Sul/AC, 2002. (não publicado).

NEA/IBAMA/SOS AMAZÔNIA. **Relatório da segunda oficina de formação do conselho consultivo do PNSD**. Cruzeiro do Sul/AC, 2002. (não publicado).

OLIVEIRA, R. C. de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

PARESCHI, A. C. C. **Desenvolvimento sustentável e pequenos projetos**: Entre o Projetismo, a ideologia e as Dinâmicas Sociais. 2002. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

PEREIRA NETO, A. **Relatório preliminar a respeito de população que se afirma pertencer à etnia Naua, habitantes do Parque Nacional da Serra do Divisor, Município de Mancio Lima – AC**. Rio Branco: EAR/RBR, 2000.

PIMENTA, J. Índio não é tudo igual. **A construção Ashaninka da história e da política interétnica**. 2002. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

RAPPAPORT, R. A. Ritual regulation of environmental relations among a New Guinea people. In: VAYDA, A. P. (Ed.). **Environment and cultural behavior**: ecological studies in cultural anthropology. Garden City, NY: Natural History Press, 1951.

UICN. **Reservas extrativistas**. Gland/Cambridge: UICN, 1995.

---



## Sobre os autores

### **Alexandro Machado Namem**

Antropólogo e Professor Adjunto de Antropologia na Universidade Federal de Roraima (UFRR) (e-mail: alexandronamem@hotmail.com). Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelas bolsas de estudo concedidas de 1998 a 2001, durante curso de doutorado não concluído na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); aos colegas do Departamento de Ciências Sociais da UFRR, pelas sucessivas liberações de 2002 a 2007, para a realização de trabalhos de campo entre os Laklânô; aos colegas Gustavo Lins Ribeiro (Universidade de Brasília-UnB), Marco Antonio Lazarin (Universidade Federal de Goiás-UFG) e Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro-MN/UFRJ), pelos diálogos e apoios ao longo de muitos anos; aos colegas do doutorado Sidnei Peres (Universidade Federal Fluminense-UFF), da Unicamp, e Marcela S. Coelho de Souza (UnB), em disciplinas no Museu Nacional; aos amigos e/ou colegas que leram versões anteriores deste texto, inclusive pelas sugestões nem sempre incorporadas; ao amigo Sávio L. Sens (Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUC/PR), pela convivência nesses 10 anos em que nos conhecemos e pelos apoios nas horas em que mais precisei; à Onadir e ao Gerson Dietrich, bem como à família Davi Vinci, em Ibirama (SC), pela amizade e por tudo que fizeram por mim; e ao Rodrigo Paranhos Faleiro (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama), Cristhian Teófilo da Silva (UnB) e Stephen G. Baines (UnB), por publicarem este texto. Ao último, também, pela amizade e pelos diálogos e apoios ao longo de muitos anos; dedico este texto à Vanessa Lea (Unicamp), à Lana Araújo, ao Rafael José de Menezes Bastos (Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC), à minha avó materna Maria Lúcia da Silva Machado (in memoriam), às minhas mães Laklânô Iocô Uvânhecû e Aneglon Ndili, e aos meus netos Lucca Giacomazzi Picon e Sara Feijó.

### **Claudia López Garcés**

Antropóloga, pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (PPGCS/UFPA). clapez@museu-goeldi.br

O artigo está baseado na pesquisa entre os Ticuna da trifronteira Brasil/Colômbia/Peru para o Doutorado em Antropologia pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e o Caribe (CEPPAC), da Universidade de Brasília (UnB) (2000),

---

e numa pesquisa entre os Galibi do Oiapoque, na fronteira Brasil/Guiana Francesa, efetuada entre os anos 2001-2002. Agradeço à Capes pela bolsa de doutorado e ao CNPq pela bolsa para efetuar a pesquisa na fronteira Brasil/Guiana.

### **Cláudia Tereza Signori Franco**

Possui Graduação e Pós-Graduação em Antropologia Social pelas Universidades de Brasília (UnB) e Católica de Brasília (UCB); Especialização em Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial pela UnB e Mestrado (bolsista Capes) em Planejamento e Gestão Ambiental pela UCB. Atua como coordenadora de projetos do Instituto Etno Ambiental e Multicultural Aldeia Verde - IEMAV, onde realiza a implementação e o monitoramento de projetos de desenvolvimento junto aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Tem experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em política indigenista, atuando principalmente nos seguintes temas: Planejamento e gestão ambiental em terras indígenas (TIs), Levantamento de Impactos Socioambientais em TIs, Levantamento Demográfico e Fundiário em TIs, Antropologia & Meio Ambiente, Organização Social Indígena e Sistema de Monitoramento e Avaliação de Projetos de Etnodesenvolvimento.

### **Cloude de Souza Correia**

Possui doutorado em Antropologia pelo PPGAS/UnB, concentrando-se nas áreas de Antropologia Ecológica, Sociedades Complexas, Relações Interétnicas e Cartografia Social. Atua principalmente com os seguintes temas: povos indígenas, mapeamentos participativos, unidades de conservação, conflitos socioambientais, gestão territorial e processos fundiários. Nos últimos anos, prestou diversas consultorias para organizações não governamentais e órgãos dos governos Federal e Estadual com o propósito de contribuir com a consolidação de processos de regularização fundiária de terras indígenas e de ações de gestão territorial junto a povos indígenas da Amazônia. Em atividades de docência esteve vinculado ao curso de Comunicação das Faculdades Integradas ICESP por quatro anos. Atualmente, é coordenador de projetos do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), atuando junto a povos indígenas situados em estados da Amazônia brasileira: Rondônia, Amazonas, Acre e Pará. Como coordenador organiza cursos e seminários relacionados com a temática da gestão territorial indígena e do fortalecimento institucional de associações indígenas. Relações Interétnicas; Antropologia Ecológica; Sociedade e Meio Ambiente e Antropologia Política.

### **Cristhian Teófilo da Silva**

Graduado, Mestre e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), onde é Professor no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC). Atualmente, realiza pesquisas comparadas sobre movimentos indígenas,

políticas indigenistas e indigenismo no Brasil e no Canadá, com ênfase nas relações entre maiorias nacionais e minorias étnicas. [silvact@unb.br](mailto:silvact@unb.br)

### **David Ivan Rezende Fleischer**

Trabalha para a Fundação Interamericana (IAF) como representante para o Brasil e o Uruguai. Foi Diretor Executivo da Associação de Estudos Brasileiros (Brasa) e Coordenador do Instituto Lemann de Estudos Brasileiros na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. Trabalhou no Programa- Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), no Programa de Pequenos Projetos (PPP) e outros projetos do Fundo Mundial de Meio Ambiente (GEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). É doutor em Antropologia pela University at Albany (SUNY-Albany) e mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). David lecionou Antropologia em universidades americanas e desenvolveu pesquisas sobre a relação de projetos de conservação ambiental com projetos de desenvolvimento comunitário de ecoturismo. Atualmente, na IAF, coordena projetos de desenvolvimento de base no Brasil e no Uruguai.

### **Gersem José Santos Luciano dados**

É índio Baniwa, graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (1995) e mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2006). Foi membro do Conselho Nacional de Educação no período de 2006 a 2008. Atualmente é doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, Coordenador-Geral de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação e Diretor Presidente do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep). Tem experiência na área de Educação, Gestão de Projetos e Desenvolvimento Institucional com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação indígena, política indigenista, movimento indígena, desenvolvimento sustentável e povos indígenas.

### **Isis Maria Cunha Lustosa**

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/IESA/UFG. Mestre em Geografia/IESA/UFG. Especialista em Turismo e Meio Ambiente/UECE. Membro do Grupo de Pesquisa Geografia Cultural: Território e Identidade/IESA/UFG. Colaboradora no projeto As Identidades Sociais e suas Formas de Representações Subjacentes nas Práticas Culturais/IESA/UFG, e no projeto A Dimensão Territorial das Festas Populares e do Turismo: Estudo Comparativo do Patrimônio Imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe, pela UFG/UFS/UFC. Técnica Especializada em Programa de Cooperação Internacional/MMA/PDA.

### **Jaime Garcia Siqueira**

Doutor em Antropologia Social pela UnB com mestrado também em Antropologia Social pela USP. É professor adjunto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA),

---

coordenador de projetos do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e atualmente trabalha como coordenador-geral substituto da Coordenação-Geral de Gestão Ambiental da Funai (CGGAM). Este artigo é baseado em sua tese de doutorado (2007) e seus principais temas de interesse são as configurações contemporâneas dos movimentos indígenas no Brasil, como eles têm lidado com a questão ambiental e o papel do antropólogo diante desses movimentos e das políticas de Estado.

### **Josué Tomasini Castro**

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB); bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desde 2005 trabalha junto às comunidades Herero na Namíbia. Principais publicações: *Vá e conte ao seu povo: interpretações e mediações no trabalho antropológico*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia, v. 3: p. 79-91, 2008; *Sincretismo e Resistência: o caso africano da igreja Oruuano*. Campos (UFPR), v. 9, p. 131-157, 2008; *What's your Nation? Nationalist Itineraries in Namibian History*. Vibrant (Online), v. 5, p. 128-146, 2008.

### **Katianne de Sousa Almeida**

(e-mail:ksantropologia@gmail.com) Mestranda em Antropologia Social da Universidade Federal em Goiás. Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás em 2009. Possui graduação em Antropologia (bacharelado), 2006, e Ciências Sociais (licenciatura), 2005, pela Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Arte Indígena, Patrimônio e Museologia, Revitalização Urbana, Urbanismo, Gênero, Sexualidade e Mídia. Atualmente trabalha como Analista Legislativa na Comissão de Saúde e Promoção Social da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Atua principalmente nos seguintes temas: Direitos Humanos, Políticas de Saúde para Mulheres, Assessoramento Temático às demandas do Legislativo Goiano.

### **Leonardo Schiocchet**

Ph.D. em Antropologia Social, Boston University (depois de 1º de maio de 2010). Junior Visiting Fellow do Institut für die Wissenschaften vom Menschen, Viena (IWM) (até 30 de junho de 2010).

### **Luis Cayón**

Antropólogo pela Universidad de Los Andes, Bogotá, Colômbia, (1998), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2005) e Doutorando em Antropologia Social pela mesma instituição. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É autor do livro *En las aguas de yuruparí. Cosmología y chamanismo Makuna* (2002) e coautor do livro *Etnografía Makuna. Tradiciones, relatos y saberes de la Gente de Agua* (2004). É autor de vários

---

artigos em capítulos de livros e periódicos nacionais e internacionais, principalmente na área de Etnologia Indígena.

### **Luís Guilherme Resende de Assis**

Doutorando em Antropologia Social; bolsista CNPq. Artigo baseado na monografia de graduação (Resende de Assis, 2004) e no artigo de seleção de mestrado da UnB escrito em 2004. Atualmente, desenvolve pesquisa na Antártida junto a cientistas, militares e alpinistas.

### **Maria Inês Smiljanic**

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília e professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná. Desenvolve pesquisa entre os yanomães do Alto Toototobi e entre os Yanomami de Maturacá. Coordena a equipe associada do PPGAS-UFPR no Projeto de Cooperação Acadêmica: Etnologia Indígena e Indigenismo – novos desafios teóricos e empíricos, financiado pela Capes.

### **Maxim Repetto**

Bacharel em Humanidades com menção em História - Universidade do Chile (1994), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1997) e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2002). Atualmente é professor Adjunto III na Universidade Federal de Roraima/UFRR, atuando como professor no Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena. Realiza Pós-Doutorado no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropologia Social (CIESAS, DF- México), com Bolsa Capes/MEC/Brasil (2009-2010). Tem experiência na área de Antropologia Política, Antropologia da Educação, Políticas Indigenistas e Indígenas, Movimentos e Organizações Indígenas, Etnologia Indígena e Povos Indígenas em Roraima, educação escolar indígena, com ênfase na Formação de Professores Indígenas, plano de manejo ambiental e etnomapeamento de terra indígena e assessoria em projetos sociais a organizações indígenas.

### **Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves**

Possui graduação em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília (1997) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2004). Possui 14 anos de experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: identificação de terras indígenas, prática antropológica, política indigenista, estudos etnoecológicos de terras indígenas e turismo étnico.

e-mail: [rodrigo.chaves73@gmail.com](mailto:rodrigo.chaves73@gmail.com)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2730318839586069>

---



### **Rodrigo Paranhos Faleiro**

Cursa Doutorado no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da UnB, onde pesquisa grupos indígenas que vivem em áreas protegidas nas fronteiras da Amazônia. Recebeu o título de Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (2005), com a dissertação *Unidade de Conservação versus Terra Indígena, um Estado em conflito: estudo da influência da pessoa na gestão pública*. Cursou especialização e aperfeiçoamento na Unicamp/Nepam, monografia *Viabilidade do Ecoturismo no Parque Nacional Chapada dos Veadeiros* (1999); Unicamp/Nepo, *Vetores de Desenvolvimento da Região Norte* (1998); Cesape, *Jalapão: a última fronteira* (1990); Usaid/IIEB, *Proposta de um procedimento para a criação de unidades de conservação*, entre outros cursos. Possui seis capítulos publicados em livros (dois outros em fase de publicação no México e nos Estados Unidos), duas dezenas de trabalhos acadêmicos apresentados e publicados em Anais de eventos nacionais e internacionais, e vários outros trabalhos técnicos na área de meio ambiente, populações tradicionais e povos indígenas. Atualmente, está organizando um livro sobre Ecoturismo em Áreas Protegidas com o professor Paul E. Little (UnB) e David Ivan R. Fleischer (Suny), com o qual coordenou três discussões sobre o tema na Reunião de Antropologia Equatorial em Sergipe (2007), Encontro da Associação Americana de Antropologia em San Francisco (2008) e, em junho, no Congresso Internacional de Americanistas no México (2009). Além dessas atividades, trabalhou no Projeto Catalisando as contribuições das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros, na Cooperação Brasil/França em Áreas Protegidas, no Plano de Administração da Área sob Dupla Afetação pelo Parque Nacional Monte Roraima e a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Programa de Áreas Protegidas da Amazônia, no Projeto de Conservação do Cerrado no Jalapão, entre outros.

### **Santiago Plata Rodríguez**

Profissional independente do setor de Artes Interpretativas.

### **Sílvia Guimarães**

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, professora adjunta do Curso de Saúde Coletiva, Campus Ceilândia/Universidade de Brasília. Atua na área de Etnologia Indígena, especialmente nas discussões sobre corporalidade e xamanismo. Este trabalho está baseado em pesquisa de campo realizada entre os Sanumá-Yanomami.

### **Stephen Grant Baines**

Professor Associado do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), Pesquisador 1A do CNPq. Graduado (BA Hons. em Árabe e Sociologia da Religião), University of Leeds, Inglaterra (1971), M.Phil. em Antropologia Social pela University of Cambridge, Inglaterra (1980), e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1988) e Pós-Doutorado (UBC, Canadá; e ANU, Austrália, 2009-2010). É brasileiro naturalizado. Tese de doutorado: *É a Funai que Sabe: A*

Frente de Atração Waimiri Atroari, publicada em forma de livro, em 1991, pelo Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq. Possui diversas publicações em periódicos nacionais e internacionais na área de Etnologia Indígena, Identidade e Relações Interétnicas, Antropologia Política, Povos Indígenas e os Impactos de Grandes Projetos de Desenvolvimento Regional, e Etnicidade e Nacionalidade em Fronteiras. Projeto de Pesquisa atual: Etnologia Indígena Comparada: Brasil – Austrália – Canadá (com pesquisas etnológicas com povos indígenas), pesquisa junto aos povos makuxis e wapichanas sobre etnicidade e nacionalidade na fronteira Brasil/Guiana desde 2000; e acompanhamento da situação dos Tremembé do litoral do Ceará desde 2000. Desde janeiro de 2008 atua sobre a situação de indígenas no sistema penitenciário de Boa Vista/Roraima. Coordenador fundador do Geri em 1997.

### **Thaís Teixeira de Siqueira**

Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Brasília (2006/2010). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (2002) e mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2006). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Comunidades Quilombolas e Cultura Popular, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio imaterial, INRC (Inventário nacional de referências culturais), turismo cultural, festa, memória, musicalidade, folias, racialidade e pós-colonialidade.

### **Thiago Ávila** (*in memoriam*)

Possuo graduação em Antropologia pela Universidade de Brasília (2001) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2004). Atualmente sou antropólogo consultor da ACT Brasil (Equipe de Conservação da Amazonia). Minhas experiências profissionais são na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: política interétnica, povos indígenas, biopirataria, conhecimento tradicional associado a recursos genéticos, krahô e indigenismo. Atuei como assessor de organizações indígenas, organizações não-governamentais indigenistas e órgãos governamentais.

## **Sobre o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas**

O Geri é um grupo de estudos dedicado ao estudo amplo das relações interétnicas. Nosso propósito é a produção e divulgação do conhecimento produzido por estudantes, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas e campos de atuação.

O Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri) foi formado em 1997 por estudantes e pesquisadores de graduação e pós-graduação do Departamento de Antropologia (DAN) e do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC), da Universidade de Brasília (UnB), tendo como Coordenador o Prof. Dr.

---

Stephen Grant Baines e a colaboração de Maxim Repetto, na época, mestrando em Antropologia.

Desde sua criação buscamos abrir um espaço crítico de diálogo acerca de temas referentes às relações interétnicas em termos abrangentes, sendo estimulada a divulgação de trabalhos em nosso Boletim e a participação em nosso programa de seminários.

Vários projetos de pesquisa foram iniciados e realizados a partir das discussões do Geri, o que viabilizou a elaboração de monografias de graduação e pós-graduação, artigos e a organização de grupos de trabalho em congressos científicos. Parte desses resultados podem ser acessados através do Boletim Anual do Geri disponível em nossa página.

Venha conhecer o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri). Apresente seus trabalhos e publique seus textos na Interétnica – Revista de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas.

<http://e-groups.unb.br/ics/dan/geri/index.php?page=0>

---

## O IEB

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) é uma associação civil brasileira sem fins lucrativos, voltada para a capacitação e formação de pessoas ligadas à conservação ambiental, tendo como eixos a capacitação técnica, institucional e política.

Criada em 1998 e sediada em Brasília-DF, a entidade se destaca por uma atuação que considera e estabelece pontes entre a conservação dos recursos naturais e as dimensões econômicas, sociais e culturais da sustentabilidade, buscando fortalecer as comunidades locais.

Promovendo autonomia na gestão dos seus territórios e dos recursos naturais com participação, diálogo permanente, valorização das diferenças e incentivo à atuação das populações locais, o IEB desenvolveu uma reconhecida *expertise* em processos de articulação entre setores que, historicamente, têm tido dificuldade de aproximação e diálogo.

Os programas e projetos da instituição atendem indivíduos que atuam com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, em suas diversas interfaces, com foco no bioma amazônico. Desse público destacam-se: comunidades extrativistas, assentados, populações indígenas, profissionais e estudantes da área ambiental.

### Missão

Capacitar, incentivar a formação, gerar e disseminar conhecimentos e fortalecer a articulação de atores sociais para construir uma sociedade sustentável.

---

